

Esboço de Projeto_ Espaço Comum Luiz Estrela



Introdução

O Espaço Comum Luiz Estrela foi inaugurado no dia 26 de outubro de 2013, por meio da ocupação de um casarão tombado pelo patrimônio cultural do município, abandonado pela Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG desde 1994. O espaço surge da soma de duas histórias e hoje, antes mesmo de completar um mês de funcionamento, agrega centenas de outras histórias, experiências e desejos. Revela memórias e convoca a responsabilidade dos cidadãos e do poder público na tarefa de devolver ao imóvel sua função social. Apresentar o Espaço Comum Luiz Estrela significa revelar tais histórias.

A proposta de ocupação cultural surge da reunião de um grupo de artistas, ativistas, educadores, profissionais autônomos e produtores culturais que deram início a uma série de estudos e discussões sobre autogestão, cultura, cidade, políticas públicas e participação cidadã. Organizado em comissões, sempre pautado pelo cenário local e internacional, esse grupo organizou a ação de ocupação cultural para criação de um centro de arte, cultura e educação autogestionado. O imóvel escolhido para a ação, o Casarão da Rua Manaus, 348, completa um século de existência esse ano. O local foi sede do 1º Hospital Militar de Belo Horizonte (de 1913/1914 a 1947), do Hospital Psiquiátrico Infantil (de 1947 a 1979) e da Escola Estadual Yolanda Martins Silva, que funcionou no imóvel até 1994. A escolha do casarão se deu principalmente pelo histórico de décadas de abandono, pela localização central, o que facilitaria a participação de moradores de diferentes regiões da cidade, e pela possibilidade de articular a ação artístico-cultural que vinha sendo planejada à área da saúde mental, visto que o imóvel faz parte do complexo hospitalar da FHEMIG. Nesse sentido o histórico do prédio, bem como a proximidade a uma unidade hospitalar atualmente em uso, são alguns dos eixos transversais presentes neste projeto.

Inspirados no filme brasileiro *Esse Amor que nos Consome*¹, e tendo como base experiências de ocupações culturais em funcionamento no Brasil e no mundo, como a Ocupação Olga Vasquez² (Buenos Aires), o Hotel da Loucura³ (Rio de Janeiro) e o trabalho

1 Filme *Esse Amor que nos Consome* - Brasil, 2012, Cor, 80', Ficção. Filme de Allan Ribeiro, trata da especulação imobiliária através da história de um casal que vive junto há mais de 40 anos e se instalam em um casarão abandonado no centro do Rio de Janeiro. Ambos dançarinos, passam a ocupar o espaço muito mais do que com objetos, mas com o corpo. O espaço vago e abandonado passar a ser algo vivo, pulsante.

2 O centro cultural e social Olga Vasquez parte da iniciativa de artistas, estudantes, militantes e ativistas ocuparam uma escola abandonada em Buenos Aires em 2001. O centro social e cultural propõe um modo de produção que prioriza a horizontalidade e a solidariedade, na qual todos são parte ativa do processo de produção dos bens culturais, que aposta no processo de cultura coletiva, a partir da história do país. O espaço possui uma dinâmica de cooperativa que emprega artistas, trabalhadores e interessados em contribuir com o centro, mantendo suas ações de maneira sustentável, com dignidade e sem exploração. A iniciativa foi amplamente abraçada pela população da cidade que colaborou fortemente para o reconhecimento da permanência do centro cultural pelo Poder Público da Argentina. Nesse sentido o centro social e cultural avançou na construção coletiva de um espaço de confluência simbólica e cultural, fortalecendo os acordos construídos de maneira consensuada e respeitando os processos de cada organização que integra o espaço.

3 O Hotel da Loucura é uma ocupação cultural que funciona no terceiro andar do hospital psiquiátrico Instituto Nise de Silveira, no bairro do Engenho de Dentro, zona norte do Rio de Janeiro. O espaço funciona

do Grupo XIX⁴ de Teatro na Vila Maria Zélia (São Paulo), o Espaço Comum Luiz Estrela foi inaugurado numa manhã de primavera, com a participação direta de 80 pessoas e adesão de 2.000 pessoas por meio das redes sociais em menos de 24 horas de funcionamento. O nome do espaço é uma homenagem ao artista de rua Luiz Estrela, morto no dia 26 de junho deste ano na cidade de Belo Horizonte. Estrela era poeta, performer, intelectual, morador de rua, homossexual. Trazia consigo a luta do artista pela arte, a luta do cidadão pelo direito à vida e à cidade.

O imóvel, até então quase desconhecido, revelou grande potencial para uma pesquisa histórica aprofundada. Sua estrutura, hoje frágil, e a aparência que marca o abandono do espaço público, aos poucos foi dando vida a um emaranhado de vozes ocultas, que dizem também do que não conhecemos da história de Belo Horizonte. A cada cômodo penetrado, em cada fissura observada, em cada parede desbotada, surgem sinais dos tempos sombrios que se apresentam como raios de luz adormecidos, “há uma rachadura em tudo, é assim que luz a entra” (Leonardo Cohen).

Sua estrutura segregadora, carcerária e seu obscuro porão aos fundos tecem a narrativa de uma história de loucura, abandono e dor. Os relatos de vizinhos, antigos e ex-funcionários e até de ex-internos, foram alinhavando fragmentos desconexos sobre o espaço. A memória aos poucos foi se revelando e apontando as potencialidades do antigo casarão: a história de crianças internadas e em tratamento no sistema psiquiátrico da época, a aversão moderna àquilo que questiona e desafia, e incapacidade da sociedade em propor ações alternativas ao uso da violência.

Diante das descobertas os planos traçados inicialmente ganharam novas configurações apontadas pelo próprio espaço. O coletivo envolvido na ocupação cultural se deparou com a seguinte responsabilidade: dar vida àquela edificação e trazer à superfície sua história oculta, dando voz àqueles que permaneceram durante longo período submersos. Além disso, se antes o espaço foi sede de tratamentos psiquiátricos desumanos, atualmente condenados, como a lobotomia e o eletrochoque, hoje o espaço recebe a arte e a cultura como prática cidadã.

A rápida e maciça adesão da comunidade confirmou um desejo comum de revitalização do espaço ante a uma situação de total abandono e deterioração do edifício. Se inicialmente a situação precária da estrutura tornou-se um obstáculo à ocupação,

desde julho de 2012, quando foi sede do 2º Congresso da UPAC (Universidade Popular de Arte e Ciência). Voltado para a convivência entre os pacientes do hospital com médicos, artistas, pesquisadores, o espaço realiza oficinas, palestras, espetáculos e reuniões, promovendo a reflexão sobre o tema da loucura. O hotel também recebe pessoas atendidas pelos Caps (Centros de Atenção Psicossocial) da cidade.

4 Em 2004 o Grupo XIX de Teatro (SP) chega à Vila Maria Zélia, primeira Vila Operária de São Paulo, com 180 casa habitadas pela primeira e segunda geração de trabalhadores da antiga vila e diversos casarões públicos, onde funcionavam serviços de educação e saúde, abandonados. Em parceria com a Associação Vila Maria Zélia, que fazia inúmeros esforços para chamar a atenção para estes prédios públicos abandonados há mais de 3 décadas, o grupo iniciou a abertura desses espaços, em constante diálogo com os órgãos públicos responsáveis. Através da lei de fomento do estado de São Paulo, o grupo teve condições práticas e financeiras de reabrir, limpar e conservar esses espaços. Potencializando a vocação cultural, através de iniciativas criativas e coordenadas, o grupo e a Associação sublinharam o caráter público desses espaços e possibilitaram aos moradores (re)vivê-los e aos cidadãos de São Paulo deles tomar conhecimento. Ação esta que vem fortalecendo e acelerando a discussão com poderes públicos sobre a preservação e revitalização desse patrimônio histórico nacional (tombado pela CONDEPHAAT). O redescobrimto dos espaços foi também o reencontro de sua memória e mudou radicalmente a relação dos moradores da vila com os prédios abandonados. De lugar de medo, os espaços tornaram-se abrigo de suas atividades sociais. Para a geração jovem da vila, foi propiciada uma vivência inédita, prática e afetiva nesses espaços, repovoando o imaginário e propondo novas relações com a arte, o patrimônio, a história e suas próprias formas de habitar. A vila também constitui-se como espaço de pesquisa e criação artística, recebendo, através do “Armazem XIX” e Núcleos de Pesquisas, artistas e grupos de toda São Paulo e diversas partes do país.

por outro lado revelou-se um estímulo àqueles que compreenderam a necessidade de uma intervenção imediata, apoiando a iniciativa. A cobertura positiva da imprensa é outro reflexo de que a cidade não apenas apoia a iniciativa, como legitima o impulso de construção autônoma e coletiva.

Desde então uma série de ações, encontros, conversas e apresentações artísticas (**ANEXOS A - Relatório de Atividades e B - Clipping**) tem mantido vivo e atuante o Espaço Comum Luiz Estrela. Todas as ações construídas e viabilizadas coletiva e colaborativamente. Assim como a elaboração desse esboço de projeto que, além de conter um série de reflexões gestadas desde o início desse longo processo, contou com quatro longas rodas de conversa entre ocupantes e frequentadores do Espaço Comum e um encontro realizado com a comunidade do entorno. Aqui, parte-se do princípio de que um projeto acabado se mostra inadequado ao se tratar de uma iniciativa colaborativa, participativa e continuada e que os contornos dos planos de ocupação permanente devem ser gestados de forma gradativa, junto com o amadurecimento das relações com o espaço e com a cidade.

Diante do exposto, apresenta-se o *Esboço de Projeto - Espaço Comum Luiz Estrela*, a ser realizado por um período de **dois anos**, organizado nos seguintes tópicos:

- Estruturação e Autogestão
- Arte, Cultura e Educação
- Patrimônio Cultural e Memória
- Cronograma e Disposições Finais
- Anexos

1.1. Consolidar um modelo de autogestão

O Espaço Comum Luiz Estrela é constituído por um sistema de organização autogestionário, que preserva a horizontalidade e não-hierarquização. A concepção de coogestão/autogestão está implicada no Espaço através de um conjunto social formado por grupos e indivíduos autônomos, coletivos e militantes que tem essa diretriz aplicada tanto em suas funções econômicas de produção quanto nas suas funções políticas.

No sistema da autogestão não há a presença de um coordenador acima de todos, mas uma organização coletiva em que todos os indivíduos tem ampla liberdade de expressão e fiscalização, tendo como eixo orientador um estatuto ou regimento interno, disposto a ser modificado de acordo com as demandas e decisões fundamentais consensuadas ao longo do processo através de espaços de diálogo, reuniões e assembleias.

Autogestão é um processo de organização baseado na horizontalidade para tomada de decisões, através de discussões e consensos. Paralelamente a esse processo uma organização em nível institucional será fundada para colaborar com a estruturação do espaço. Nesse sentido, estamos constituindo uma entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de Associação.

Para consolidar esse modelo de autogestão o processo de construção coletiva deve ser constantemente registrado e sistematizado na perspectiva de sua replicação em outras instâncias e espaços. Neste processo de ocupação algumas ferramentas de autogestão já vem sendo implantadas, tais como, atas das reuniões, planilhas de programação cultural, contatos, banco de clippings e outras informações que são lançadas em arquivos compartilhados no coletivo.

Ações prioritárias:

- Realizar reuniões periódicas e assembleias
- Implantar ferramentas de autogestão
- Elaborar Estatuto e Regimento Interno do Espaço Comum Luiz Estrela
- Fundar a Associação Espaço Comum Luiz Estrela

1.2 Mobilizar recursos financeiros de forma colaborativa e sustentável

A proposta para a sustentabilidade financeira do Espaço será pautada nos princípios da economia solidária. A sustentabilidade deverá ser conquistada a partir de um conjunto de ações a fim de expandir e maximizar as fontes de recursos necessários à manutenção do espaço e aumento gradativo da abrangência das atividades. O desenvolvimento de ações ecologicamente eficientes, justas socialmente e economicamente dinâmicas são

diretrizes do Espaço e a diversificação das fontes de recursos será o eixo principal na garantia da sustentabilidade financeira.

As principais fontes de recursos serão doações, feiras de economia solidária, parcerias com o setor público e privado, uso de plataformas digitais para captação de recursos, mecenato, economia criativa interligando o espaço à produtores culturais, artistas e coletivos, financiamentos internacionais.

Ações prioritárias:

- Lançar crowdfunding (financiamento coletivo) para as medidas emergenciais no Casarão (item 3.1 deste projeto);
- Aplicar propostas de geração de renda para manutenção do espaço à partir das práticas e fazeres do próprio coletivo;
- Elaborar projetos para captação de recursos junto ao poder público e iniciativa privada
- Implementar sistema de doações permanentes

1.3. Garantir a participação de públicos diversos na construção do espaço comum

O Espaço Comum é formado por agentes culturais, coletivos artísticos, movimentos sociais, indivíduos e profissionais de áreas diversas (arquitetura, antropologia, arqueologia, comunicação, direito, engenharia, história, psiquiatria, psicologia, sociologia, entre outros) que planejaram a intervenção no edifício, bem como conta com a adesão espontânea de outros agentes que se interessaram pela iniciativa e que trazem suas contribuições de acordo com sua área de conhecimento e especialidade. Além disso, tem tido apoio amplo da vizinhança através de doações e da presença nas atividades. O Espaço também vem se tornando referência para alguns jovens e adultos que acompanham a nova cena cultural de Belo Horizonte.

Para a implementação do presente projeto, todos esses agentes serão convocados a contribuir com a proposta de ocupação permanente do Casarão. Além disso, o respeito à comunidade e a participação ativa dos moradores do bairro nas atividades do Espaço Comum é uma premissa durante o processo de ocupação que será mantida e ampliada nos dois anos de ocupação permanente. Para isso vem sendo realizadas rodas de conversa com os moradores e ações de mobilização comunitária para que crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos da região possam participar das ações.

Em se tratando de entorno, vale ressaltar que o Espaço fica ao lado do Centro Psíquico da Adolescência e Infância (CEPAI). Além disso, por se tratar de um edifício cuja história está intimamente ligada à saúde mental (de 1947 à 1994) o projeto visa não só resgatar essa memória (o que será descrito no eixo 3), como também promover ações para a integração entre pessoas que tenham algum tipo sofrimento mental e a comunidade em geral. A população em situação de rua também encontrará no Espaço Comum um lugar de experiência artística, convivência e encaminhamento aos equipamentos públicos da rede municipal e estadual, item que será mais bem descrito.

Ações prioritárias:

- Promover convocatórias, convites e chamados de caráter público para facilitar a participação de artistas, agentes culturais, ativistas sociais, educadores e profissionais de diversas áreas nas ações do espaço
- Estabelecer mecanismos permanentes de diálogo e mobilização da comunidade para participação nas ações do Espaço (convites, assembleias, cartas, boletim informativo, entre outros, como exemplo ver **ANEXO C**)
- Fomentar a realização de atividades voltadas para usuários do serviço de saúde mental e população em situação de rua

1.4. Aplicar seis eixos temáticos transversais nas ações promovidas

O Espaço se norteia a partir de seis temas diretamente ligados ao histórico do casarão e sua importância patrimonial; aos princípios teóricos do movimento; à percepção do entorno ao qual está inserido; às condições estruturais do prédio e a capacidade criativa do coletivo; e à realidade da cidade de Belo Horizonte. São elas:

Arte em todo lugar: As práticas e expressões artísticas são transversais à todas as ações do Espaço Comum. Da mobilização da comunidade à feitura de um cartaz para comunicação interna, as expressões plásticas, visuais, corporais e sensoriais estão presentes no espaço.

Espaço Sustentável: Através da prática da economia solidária, da economia criativa e de técnicas e tecnologias da permacultura o projeto visa o uso das potencialidades criativas e uso racional dos recursos naturais disponíveis, sem comprometer o equilíbrio do sistema. Nesse sentido o Espaço Cultural Luiz Estrela propõem um conjunto de ações que visam a otimização desses recursos, afim de minimizar desperdícios. As ações nesse eixo transversal tem como objetivo potencializar a utilização dos recursos disponíveis e minimizar desperdícios de modo a maximizar o conforto e qualidade de vida, não somente dos usuários do espaço em si mas pensando no espaço como parte integrante do bairro e da cidade. Nesse sentido é proposta a utilização de técnicas de design, baseadas em estudos científicos, conhecimentos tradicionais e soluções criativas que satisfaçam essas demandas. Além de ações de caráter técnico-executivo, serão propostas atividades de formação no sentido de provocar questionamentos com vistas a gerar uma mudança paradigma e de hábitos que promovam uma melhoria da qualidade de vida.

O patrimônio histórico e os imóveis públicos abandonados: Por se tratar de um imóvel cuja história data de desde o primeiro vintênio após a fundação da cidade, as técnicas construtivas empregadas, tipologia da edificação, bem como o histórico de utilização trazem informações importantes não só sobre a história da própria cidade, bem como tem informações fundamentais para o delineamento histórico da saúde mental como um todo, a partir de análises arqueológicas. O fato de a manutenção do edifício ter sido negligenciada por décadas pelo poder público reforça a a necessidade da sociedade organizada tomar a frente do processo evitando avanço do deterioramento do bem público bem como do esquecimento da história ligada a esse patrimônio.

A saúde mental: A proximidade, tanto física quanto histórica do espaço ao CEPAI, provoca uma reflexão que aprofunda o debate referente à saúde mental. Trata-se de uma concepção dinâmica de saúde, em que outras áreas e saberes devem operar conjuntamente para que os resultados sejam efetivos. É nesta perspectiva que se busca o sentido da arte como aliada neste campo. Inspirado em iniciativas como o Hotel da Loucura e afinado à luta antimanicomial, o Espaço Comum Luiz Estrela pretende se apresentar como um local de circulação, sociabilização e que reconhece a experiência artística como meio de expressão e ação criativa no cotidiano de sujeitos portadores de sofrimento mental, usuários de serviços de atenção à saúde mental da cidade. Esse eixo transversal é também fundamentado pelo pioneirismo da cidade de Belo Horizonte na luta antimanicomial. Ademais, essa perspectiva de trabalho onde a arte e a cultura são instrumentos de sociabilidade para usuários do serviço de saúde mental está alinhada às finalidades estatutárias da FHEMIG que, em 2007, elaborou o projeto NACEIS (Núcleo de Ação Cultural, Educacional e de Inclusão Social) que também previa a destinação do imóvel para fins culturais aliado à saúde mental.

A população de rua: Somando o debate da falta de uso dos imóveis públicos da cidade, ao grande número de imóveis abandonados e à falta de moradia de parte de uma população, o coletivo decide se apropriar desse debate e, primeiramente, nomear o espaço homenageando um morador de rua, artista e performer da cidade morto em 2013, Luiz Estrela. Nesse sentido, o centro cultural pretende ser um espaço de acolhida, convivência e encaminhando de moradores em situação de rua para a rede de proteção e assistência social voltada a esse segmento da população. Atualmente, várias pessoas em situação de rua já participam das atividades culturais, oficinas e banquetes públicos oferecidos pelo Espaço Comum Luiz Estrela.

A política cultural: Para garantir a elaboração de uma cultura política participativa, universal, acessível e libertária é necessário criar formas alternativas de produção e divulgação, descentralizando e democratizando o acesso às formas existentes. A ocupação cultural é o princípio motivador da criação do Espaço Comum Luiz Estrela, tendo a Cultura como eixo transversal de atuação, único capaz de abranger toda a diversidade da vivência humana e dialogar com as diversas ações já citadas acima. A arte e a cultura funcionam na dinâmica do Espaço como catalisadoras dos questionamentos e das ações políticas. Desse modo, a inauguração do Espaço Comum satisfaz um anseio generalizado dos cidadãos belorizontinos por um espaço desinstitucionalizado, onde agentes comuns da cultura, isto é, a própria população, possa desenvolver seus projetos de forma colaborativa e participativa, independentemente da política cultural oficialmente implementada no município, reconhecida por muitos como excludente e concentradora. Portanto, a programação cultural abrigada pelo Espaço será planejada de forma democrática, universal e acessível, a partir de ofertas e demandas da população em geral.

Ações prioritárias:

- Promover fóruns de debate e grupos de pesquisa a partir dos seis eixos temáticos
- Sistematizar as informações e conhecimentos gerados no coletivo (articulado ao item 2.2)
- Criar plano de trabalho para atuação em cada um dos eixos temáticos transversais

Eixo 2

Arte, Cultura e Educação

O Espaço Comum Luiz Estrela pretende consolidar o que já vem sendo desenvolvido de forma embrionária, um lugar aberto para atividades artísticas, debates e formações, tendo como diretriz a vivência e a difusão da arte, a democratização do acesso às informações e bens culturais e a sistematização e geração de conhecimento. A casa será reformada com o intuito de ter espaços multiusos e versáteis que contemplem ações das diversas artes: música, artes cênicas, artes visuais e audiovisual.

O Luiz Estrela vem funcionando como um laboratório de experimentação de trocas artísticas, culturais e educativas e o projeto permanente de ocupação cultural do casarão será construído coletivamente a partir da sistematização das práticas nele realizadas.

2.1. Realizar atividades permanentes de arte, cultura e educação

A programação cultural é construída de forma colaborativa e horizontal com a participação de artistas, educadores, pesquisadores, profissionais do terceiro setor, produtores culturais e da comunidade da cidade. Como premissa, as ações buscam formar núcleos de pesquisa onde todos contrõem juntos, tanto o processo como o resultado, promovendo experiências formativas, políticas, sensoriais e estética. As atividades são abertas e gratuitas, e conforme comum acordo com a vizinhança, acontecem de 8h às 22h.

Abaixo são listadas algumas das possibilidades de atividades culturais, artísticas e educativas. Grande parte delas já implementadas:

Aulões e rodas de conversa abertas ao público: ofertadas por professores, especialistas, estudantes e pesquisadores de diversas áreas;

Oficinas com temas abertos e práticas diversas, estimulando a produção independente e a troca de experiências entre os participantes;

Exibições cinematográficas, prestigiando diretores, artistas e produtores independentes, partindo de temáticas grande relevância e interconexão social;

Exposições visuais nas mais diversas matrizes (pintura, gravura, cartaz, vídeo, graffiti, entre outras), possibilitando a apresentação e o conhecimento de diferentes manifestações artísticas e culturais;

Espetáculos e apresentações de artistas e grupos culturais da área da música, literatura e artes cênicas, valorizando as manifestações artísticas populares (performance, canto, dança, teatro, sarau);

Áreas expositivas temporárias, levantando diversas temáticas e fornecendo espaço para a exibição e reconhecimento;

Cozinha Comum e Feira de Produtos Orgânicos, em consonância com as práticas de permacultura que vem sendo desenvolvidas no espaço;

Centro de Memória, exposição permanente da memória do casarão centenário

Por meio da realização das medidas emergenciais (item 3.1) no Casarão será promovida uma ocupação gradativa dos cômodos da casa, garantindo uma utilização consciente e planejada do espaço. Com isso, será possível ampliar o potencial do espaço e fornecer a artistas, educadores e organizações independentes de Belo Horizonte um local dinâmico para o desenvolvimento de seus projetos e para realização de atividades artísticas, culturais e educativas.

Ações prioritárias:

- Realizar reuniões para programação cultural, educativa e artística do Espaço com metodologia participativa e periodicidade quinzenal
- Divulgar as ações de arte, cultura e educação por meio de canais comunitários e nas redes sociais
- Promover estudo de viabilidade de ocupação das salas e espaços internos do Casarão com participação da comunidade

2.2. Sistematizar as práticas artísticas, culturais e educativas realizadas no espaço

“Educar-se é impregnar de sentido cada momento da vida, cada ato cotidiano.”

Paulo Freire

As ações realizadas no Espaço Comum Luiz Estrela são fruto da pesquisa e da experimentação de artistas, educadores, pesquisadores e ativistas de diversas áreas do conhecimento popular. As vivências coletivas são respostas a desejos e anseios por novas formas de abordagem da arte, da cultura e da educação. A arte praticada no Espaço Comum é a arte presente nas ruas, espaços públicos e equipamentos culturais da cidade reconfigurada sob a ótica do encontro, da colaboração e da horizontalidade. No Espaço Comum, artista e público ocupam a rua, sob o mesmo ponto de vista, com olhares que miram um horizonte comum.

Da mesma forma a educação é pensada como espaço de troca de saberes e experiências, onde é possível ensinar e aprender, construir novos sentidos e valores no coletivo. O filósofo colombiano Bernardo Toro afirma que a educação sozinha não tem forças para fazer grandes mudanças, mas que nenhuma grande mudança se faz sem a educação. Educar é criar condições para que o potencial das pessoas, espaços e coletivos se transforme em realidade. Educar é criar possibilidades, ampliar espaços, abrir caminhos, tornar comum. O educador Paulo Freire defende que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Para ele, não existe um saber mais ou saber menos, os saberes são diferentes e a dinâmica educativa se dá justamente no processo de valorização dos diversos saberes, de forma horizontal e dialógica.

Assim, o Espaço Comum Luiz Estrela pretende ser um catalisador de possibilidades, lugar onde os conhecimentos se encontram e as oportunidades são criadas. E, nesse sentido, o projeto político-pedagógico do Espaço Comum Luiz Estrela será elaborado num processo permanente de experimentação e sistematização das práticas ali vivenciadas, com a participação dos atores que contribuem para a construção do espaço. Sistematizar experiências é produzir conhecimento, tendo seus desafios, estratégias, ações, resultados e aprendizagens como ponto de partida e foco de análise. Portanto, é construir uma interpretação crítica das experiências realizadas, como processo de amadurecimento político, metodológico e artístico do grupo.

Ações prioritárias:

- Criar metodologia de experimentação e sistematização das práticas realizadas no Espaço Comum Luiz Estrela
- Criar de grupos de pesquisadores e colaboradores de referência nas áreas de saúde mental, população de rua, infância e adolescência, permacultura, arte/cultura (em suas diversas manifestações)
- Implantar instrumentos de registro das atividades (relatórios, relatos, atas, fotografias e vídeos) previstos na metodologia elaborada
- Criar banco de práticas a partir das experiências sistematizadas no espaço
- Planejar ações de compartilhamento dos conhecimentos/práticas realizadas (como, por exemplo, a publicação de cartilhas, guias, tutoriais e páginas na web como estratégia para compartilhamento dos conhecimentos gerados).

A Constituição da República de 1988 avança com uma noção ampla e plural de patrimônio especialmente no que se refere aos dotados de interesse público. Em seu artigo 216 dois seriam os destaques: a introdução da dimensão de “imaterialidade” do patrimônio, **caracterizada mais por processos do que por produtos**, como formas de expressão, modos de criar, fazer, viver e a **mudança de agência do sujeito atribuidor do valor patrimonial**, compartilhando essa premissa, até então vinculada somente ao Estado, com a própria sociedade.

Parágrafo 1. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de registros, vigilâncias, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses¹ destaca essa mudança de paradigma como o grande salto da Constituição no que tange o tema.

“Se o valor é sempre uma atribuição, quem o atribui? Quem cria valor?(...) era o poder publico que instituía o patrimônio cultural, o qual só se comporia de bens tombados. O tombamento, portanto, tinha papel instituinte do valor cultural – daquele valor que credenciava a inclusão do bem num rol formalmente definido. Ao inverso, nova Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. O Patrimônio é antes de mais nada um fato social(...) (2012:33).”

Delineamos neste ponto que para além da mudança de perspectiva operada com o deslocamento dos sujeitos atribuidores de valor, ações patrimoniais empreendidas a partir de então passaram a incluir as comunidades na concepção e execução das políticas patrimoniais numa orientação de atuação compartilhada. Não basta mapear, identificar e proteger o patrimônio é preciso, antes, que a sociedade, a comunidade diretamente afetada, participe de todo esse processo e construa, organicamente, não só a política, mas as ações de salvaguarda desses bens.

Antônio Augusto Arantes² observa que “as ações empreendidas pelo Governo Brasileiro nessa área respondem a uma agenda interna emergente e, ao mesmo tempo, incluem uma problemática que vem se configurando no âmbito do que se poderia designar como uma esfera pública cultural global, atualmente em plena consolidação. A Unesco

1 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. (Anais; v.2. t.1). MENESES é professor emérito da FFLCH/USP e Conselheiro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural Nacional.

2 ARANTES NETO, Antônio Augusto. Apresentação. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Patrimônio imaterial e biodiversidade. Brasília, IPHAN, 2005. nº 32. p. 5-11. ARANTES NETO é Antropólogo, professor da UNICAMP e ex-diretor do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ocupa, sem dúvida, posição de destaque na estruturação dessa arena supra-nacional.” (2005: 5). O antropólogo salienta que:

“As implicações sociológicas desse novos parâmetros constitucionais são muito importantes do ponto de vista da formulação de políticas públicas de patrimônio, e não só no âmbito federal. Elas dizem respeito à natureza e valor dos objetos a serem preservados e, além disso, à posição dos agentes sociais envolvidos, o seu papel em relação de salvaguarda, a começar pelo que diz respeito a sua identificação. (...) os valores localmente atribuídos passam a ser necessariamente considerados - e devem ser respeitados - pelas políticas, ao lado de parâmetros intelectualmente construídos e conferindo, portanto, legitimidade ao conhecimento local. A este respeito, é relevante observar que a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Unesco - 2003 (...) parte do mesmo princípio ao declarar em seu Artigo 2.1 que integram essa categoria os bens reconhecidos por indivíduos, comunidades e grupos como fazendo parte de seu próprio patrimônio cultural.

Essa mudança conceitual explicita um dos sentidos políticos principais do patrimônio na atualidade, pois destaca com clareza a condição externa da ação governamental e sua responsabilidade frente aos universos culturais afetados pela preservação” (Arantes Neto, 2005:7).

É com base nesses preceitos legais, teóricos e práticos, com destaque ao recente processo de empoderamento dos agentes comunitários na definição e construção das políticas e ações patrimoniais, que é delineada a proposta de ocupação, recuperação e autogestão do imóvel abandonado, localizado à Rua Manaus, 348, hoje Espaço Comum Luiz Estrela.

Diante do exposto e da já destacada potência histórica, psicossocial e cultural do espaço, apresentamos um plano de pesquisa e recuperação da edificação tombada, dividido em duas etapas, tendo como orientação fundamental as **dimensões coletiva, formativa e processual**, ou seja, baseada em uma dinâmica de construção coletiva e interdisciplinar, envolvendo a formação qualificada dos interessados nas diversas áreas abarcadas pelo projeto (arquitetura, engenharia, restauro, história, arqueologia, sociologia/ antropologia, artes e psicanálise/psiquiatria) a partir de uma orientação processual, que não se baseia em um produto previamente estabelecido, mas que se desenvolverá no tempo e no espaço, a partir da interação dos sujeitos e objetos relacionados.

3.1. Realizar intervenções imediatas na estrutura do Casarão

Um grupo formado por arquitetos, engenheiros e artistas, com experiência em patrimônio, restauro e engenharia de obras e civil, desenvolverá projeto, já em fase de elaboração, para a intervenção de medidas emergenciais no imóvel, com a finalidade de contenção estrutural da edificação, eliminando riscos de desabamento até o início das obras de recuperação. Importante frisar que medidas iniciais, sem interferência na estrutura do imóvel, já foram realizadas pelos ocupantes do Espaço Comum Luiz Estrela impedindo a entrada de água pluvial no bem tombado e diminuindo o sobre-peso da edificação. Após tais medidas, efeitos positivos na preservação da casa se fizeram evidentes. O laudo arquitetônico com detalhamento dos danos e situação atual da edificação já foi realizado e acompanha esse projeto inicial (ANEXO D).

Os custos para realização dessa intervenção, inicialmente projetados na faixa de 20/30 mil reais, serão custeados de forma colaborativa, através da doação de conhecimentos e serviços e de campanha de financiamento através de plataformas da web e depósitos financeiros.

Ações prioritárias:

- Desenvolver projeto para intervenção de medidas emergenciais no imóvel (em andamento)
- Aprovar junto à Diretoria de Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte o projeto de medidas emergenciais
- Executar, de forma colaborativa, medidas emergenciais no imóvel previstas no projeto aprovado pelo Patrimônio Cultural

3.2. Implantar o Laboratório Comum de Pesquisa, Formação, Restauro e Zeladoria

A segunda fase do processo prevê uma série de intervenções a serem desenvolvidas no tempo estimado de dois anos, compreendendo ações de recuperação estrutural do edifício, restauro do bem e pesquisas histórica, antropológica, arqueológica e psicossocial. Um dos objetivos presentes neste processo diz respeito à propiciar um ambiente de formação e qualificação dos envolvidos, através do desenvolvimento de pesquisas aplicadas à prática de recuperação física da edificação, nos moldes de trabalhos já conhecidos no país como o projeto de “Zeladorias” do Estúdio Sarasá¹, de São Paulo, onde o trabalho de restauração alia teoria e prática, capacitando membros da comunidade, a fim de torná-los zeladores do bem cultural, atuantes na manutenção do mesmo, fortalecendo e ampliando os vínculos comunitários com o espaço. Como bem pontuou Aloísio Magalhães, “a comunidade é a maior guardiã de seu patrimônio”. Nessa etapa serão envolvidos não apenas estudantes e moradores belorizontinos, como também jovens e adultos usuários dos serviços de saúde mental e moradores em situação de rua.

¹ Veja sobre: <http://www.estudiosarasa.com.br/> e <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,projeto-de-zeladoria-pode-se-espalhar-por-outras-cidades-,1067543,0.htm>

Esse trabalho terá como pressupostos básicos os seguintes pontos:

- Ações de restauro, dimensionadas a partir de intervenções simples que se baseiem no valor de apropriação da sociedade;
- Ao invés de construir grandes espaços de apreciação estética e implementação tecnológica, buscaremos a inovação de valores através da implementação de procedimentos que se conectem às dimensões de ecologia e sustentabilidade apresentadas como demanda urgente no mundo contemporâneo, no sentido de valorizar as camadas históricas de constituição/transformação do imóvel;
- A história de vida dos sujeitos sociais comuns norteará a concepção e manutenção de um centro de memória no local;
- Pesquisa e utilização de diferentes materiais e de estruturas não convencionais na implementação de dispositivos sustentáveis, na medida em que não ofendam a valor patrimonial.

A concepção do projeto de reforma estrutural e de restauro, em processo de elaboração colaborativa, bem como o desenvolvimento das pesquisas, será viabilizada pela doação dos conhecimentos e serviços dos profissionais envolvidos e terão o acompanhamento de grupos de pesquisa e professores de diversas universidades como a UFMG e PUC Minas, já vinculados ao projeto Comum Luiz Estrela.

Ações prioritárias:

- Organizar equipe de profissionais, colaboradores, instituições e pesquisadores para ações de pesquisa, formação, restauro e zeladoria do Casarão (em andamento)
- Elaborar e aprovar junto ao Patrimônio Cultural do município o projeto de restauração do imóvel
- Consolidar proposta pedagógica para formação e participação de usuários do serviços de saúde mental e moradores em situação de rua nas ações de restauro do Casarão
- Executar projeto de restauração do Casarão

3.3. Levantar e socializar a história do Casarão em seus diversos períodos

A pesquisa histórica para reconhecimento do edifício onde hoje funciona o Espaço Comum Luiz Estrela é fundamental para a conservação e a compreensão de seu valor enquanto patrimônio cultural. A compleição, a técnica de construção, o material utilizado, os atores envolvidos e as destinações dadas ao espaço até uma percepção mais ampliada de sua importância dentro do contexto da cidade de Belo Horizonte, devem ser objetos de estudo e sugerem, cada um com seu caráter singular dentro do processo histórico, diferentes possibilidades de abordagem e desenvolvimento da historiografia local.

A equipe de pesquisadores que colabora com a estruturação do Espaço Comum Luiz Estrela já realizou uma breve pesquisa que sinaliza alguns caminhos para a pesquisa histórica:

Caminhos para pesquisa histórica

- O primeiro destino do edifício em 1914, Hospital da Força Pública de Minas Gerais, proporciona um apontamento para o estudo dos primeiros anos da construção de Belo Horizonte, do conjunto arquitetônico urbano e sua inserção na cidade, da atuação da força pública e assistência dada a seus membros, das políticas públicas estaduais em nível de segurança, educação e saúde.

- No campo da política educacional e de saúde, a reforma empreendida em Minas Gerais na década de 1920 por Francisco Campos, o desenvolvimento da psicologia, psiquiatria e psicopedagogia no Estado com a chegada dos diversos estudiosos e a permanência, entre eles, da Professora Helena Antipoff, configuram um importante caminho a ser percorrido pela pesquisa. Associa-se ao apontamento anterior a mudança na política pública para crianças e adolescentes na esfera estadual, ainda no fim da década de 1920. A higienização materializada no decreto governamental 7680, responsável pelo “Regulamento da Assistência e Proteção a Menores Abandonados e Delinquentes” e a concomitante criação do Conselho de Assistência e Proteção ao Menor nos levam à elaboração da História dos Manicômios e dos tratamentos destinados aos portadores de sofrimento mental em Belo Horizonte.

- A transferência definitiva do edifício em 1947, da Força Pública de Minas Gerais para o Departamento Estadual de Saúde, a criação do Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (HNPI) com atendimento ambulatorial e, a partir de 1949, com a possibilidade de internação nos apresenta dados relevantes sobre a história do Bem, assim como dados fundamentais para a compreensão da história manicomial no Estado.

- Em 1973 foi criada a Unidade Psicopedagógica (UNP) anexa ao Hospital de Neuropsiquiatria Infantil. Considerada como área de estudo avançado para o tratamento do sofrimento mental infantil, sua criação explica em parte o funcionamento do prédio e pode nos dar respostas relacionadas às intervenções arquitetônicas realizadas no interior e exterior do edifício.

- A fusão administrativa e técnica da UNP ao HPNI em 1980, resultado da campanha antimanicomial e das reportagens de Hiran Firmino, e a consequente criação do Centro Psicopedagógico (CPP) trazem a mudança da mentalidade no âmbito do tratamento do sofrimento mental infantil no Estado.

- Já na década de 1990, a transferência das últimas crianças internas, a construção da Escola Estadual Yolanda Martins, o consequente fechamento do edifício e seu abandono por dezenove anos até a Ocupação Luiz Estrela propor a inserção do bem no âmbito da cidade, por si, nos colocam diante de uma questão fundamental para o estudo e a compreensão de qual cidade queremos e qual cidade estamos construindo.

Por fim, o estudo histórico será um dos alicerces para a realização do Laboratório Comum Luiz Estrela e para o destino redefinido do bem social junto à comunidade. Neste processo serão consultadas as seguintes fontes: Arquivo Público Mineiro, Arquivo da Cidade, Arquivo e Museu da Polícia Militar, Arquivo da FHEMIG, Museu Histórico Abílio Barreto, Hemeroteca Pública, Biblioteca Pública Luis de Bessa, Biblioteca da Academia de Polícia de Minas Gerais, Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais.

Ações prioritárias:

- Pesquisar a história do Casarão, em seus diversos períodos, por meio da consulta a documentos, arquivos, museus e bibliotecas
- Entrevistar moradores da região, ex-pacientes e funcionários do hospital, visando a constituição de um acervo audiovisual da memória do Casarão
- Constituir Centro de Memória no espaço (articulado ao Eixo 2: Arte, Cultura e Educação)

3.4 Realizar pesquisa arqueológica nas áreas internas do Casarão

As cidades são grandes sítios arqueológicos em contínua construção, constituídos de camadas formadas por edifícios, vias de acesso, aterros, sistemas hidráulicos, todos testemunhas de projetos e práticas sociais históricas. A arqueologia histórica e mais recente a arqueologia urbana tem contribuído para os estudos dos centros urbanos, sendo que a aliança com as pesquisas arquitetônica, histórica, sociológica e antropológica amplificam seu potencial.

O casarão da Rua Manaus 348 teve inúmeras destinações desde sua construção até o fechamento em 1994, as quais citadas no levantamento histórico deixaram marcas no edifício, tanto nas suas reformas para a adaptação arquitetônica, quanto nos indícios cotidianos deixados pelos habitantes e frequentadores desta casa. Neste sentido a pesquisa arqueológica pode contribuir em duas áreas, na compreensão da evolução constitutiva do edifício e na análise dos vestígios materiais das pessoas que passaram e/ou viveram na casa.

Em relação à transformação construtiva do edifício, a arqueologia pode contribuir com a pesquisa arquitetônica e de engenharia, trabalhando a verificação de técnicas e escolhas construtivas. No que tange ao cotidiano das pessoas que passaram e viveram no Casarão, a arqueologia contribui através de sua maior especificidade enquanto disciplina, na análise de cultura material. Os desenhos nas paredes, os objetos largados, esquecidos, descartados ou escondidos pelos cantos da casa, podem desvelar histórias, de crianças, adultos, pacientes, prisioneiros e agentes de saúde, que nem sempre estarão relatados em documentos escritos.

Nesse sentido o processo de pesquisa arqueológica, após elaboração de proposta de trabalho arqueológico junto ao IPHAN e demarcação de sítio arqueológico em áreas internas do Casarão, deverá ocorrer em 2 fases:

Ações prioritárias:

- Elaborar proposta de trabalho arqueológico junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
- Demarcar sítio arqueológico em áreas internas do casarão
- Realizar pesquisa dos registros sobre as paredes e objetos encontrados no local, inventário e levantamento fotográfico
- Realizar escavação e abertura de janelas (longo prazo)
- Constituir Centro de Memória no espaço (articulado ao item 3.3 e Eixo 2: Arte, Cultura e Educação)

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Eixos	Objetivos	Ações	Nov	Dez	Jan/	Abr/	Jul/	Out/	Jan/	Abr/	Jul/	Out/	Jan/	Abr/	Jul/	Out/		
			2013	2013	Mar	Jun	Set	Dez	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2015	2015	2015	2015
Eixo I: Estruturação e autogestão	Consolidar um organograma de autogestão	Realizar reuniões periódicas e assembleias	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
		Implantar ferramentas de autogestão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Elaborar Estatuto e Regimento Interno do Espaço C.L.E	X	X	X													
		Fundar a Associação Espaço Comum Luiz Estrela		X	X													
	Mobilização de recursos financeiros de forma colaborativa e sustentável	Lançar <i>crowdfunding</i> (financiamento coletivo online) para as medidas emergenciais no Casarão	X	X	X													
		Aplicar propostas de geração de renda para manutenção do espaço à partir das práticas e criação de produtos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Elaborar projetos para captação de recursos junto ao poder público e iniciativa privada	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Implementar sistema de doações permanentes		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Garantir a participação de públicos diversos na construção do espaço comum	Promover convocatórias, convites e chamados de caráter público para facilitar a participação de artistas, agentes culturais, ativistas sociais, educadores e profissionais de diversas áreas nas ações do espaço		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Estabelecer mecanismos permanentes de diálogo e mobilização da comunidade para participação nas ações do Espaço (convites, assembleias, cartas, boletim informativo)		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Fomentar a realização de atividades voltadas para usuários do serviço de saúde mental e população em situação de rua			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Promover fóruns de debate e grupos de pesquisa a partir dos seis eixos temáticos		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aplicar seis eixos temáticos transversais nas ações promovidas	Sistematizar as informações e conhecimentos, através de atas, planilhas e murais		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	Criar plano de trabalho para cada um dos eixos				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	

